

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2022-MP/PA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.054.960/0001-58, estabelecida nesta capital à Rua João Diogo, 100, bairro Cidade Velha, CEP: 66015-165, neste ato representada pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR**, brasileiro, residente nesta Capital, doravante denominado(a) **ADMINISTRAÇÃO** e a Empresa **BUD CRUZ EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 41.185.345/0001-44, Inscrição Estadual nº 08.041.337/0001-04, com sede na Área ADEC Quadra 03, Conjunto G Lote 12 – Bairro: Ceilândia – CEP: 72.237-370, Fone: (61)98236-0539, E-MAIL: ideiacomerciodf@gmail.com, BRASÍLIA-DF, neste ato representada pelo Sr. **PEDRO DA CRUZ CASTELO BRANCO**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 3.739.877 e do CPF/MF nº 035.457.591-05, residente e domiciliado na Área Especial 2-A Módulo I, S/N, Bairro: distrito Guará II, na cidade de Brasília-DF, doravante denominada **COMPROMITENTE FORNECEDOR**, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do Pregão Eletrônico n.º 008/2022-MP/PA, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas e com fundamento no Decreto Estadual 991, de 24 de agosto de 2020 e na Resolução 017/2021-CPJ/MPPA, de 02 de dezembro de 2021:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto e finalidade o **Registro de Preços para contratação de serviços de diagramação eletrônica, editoração e impressão de material gráfico em diversos itens, a fim de atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA)**, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do **Pregão Eletrônico Nº 008/2022-MP/PA** vinculada ao **Protocolo nº 9811/2021** que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 O(s) preço(s) registrado(s), a quantidade, o(s) fornecedor(es) e as especificações dos objetos constantes deste instrumento encontram-se contidos na tabela abaixo, obedecida a ordem de classificação:

GRUPO IV – CALENDÁRIO					
Item	Especificação	Apresentação	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Valor Total do Item
31	Calendário (modelo 1) – até 4 (quatro) tiragens de 110 (cento e dez) unidades cada. Impressão; Formato (LxA) 42cm x 29,7cm (A3); Capa em papel couché 230g/m², com impressão offset em policromia (4x0), com laminação fosca e verniz localizado; Miolo com 14 (quatorze) lâminas em papel couché fosco 170g/m², com impressão em policromia (4x0); Encadernação com acabamento em garra com duplo anel 3/4 “wireo”. MARCA: IDEIA	Calendário	1.000 unid.	R\$5,00	R\$5.000,00
32	Calendário (modelo 2) – até 4 (quatro) tiragens de 110 (trezentas) unidades cada. Impressão;	Calendário	1.000 unid.	R\$12,00	R\$12.000,00

	Formato (LxA) 29,7cm x 21cm (A4); Capa em papel couché 230g/m², com impressão offset em policromia (4x0), com laminação fosca e verniz localizado; Miolo com 14 (quatorze) lâminas em papel couché fosco 170g/m², com impressão offset em policromia (4x0); Encadernação com acabamento em garra com duplo anel 3/4 "wireo". MARCA: IDEIA				
33	Calendário (modelo 3) – até 3 (três) tiragens de 300 (trezentas) unidades cada. Impressão; Formato (LxA) 20cm x 14cm; * Capa e miolo com 14 (quatorze) lâminas em couché fosco 170g/m², impressão offset em policromia (4x4) (aplicação de imagens/figuras fotográficas, em cores) Base: 40x20cm, em Papel Cartão TP Premium 350 g/m², impressão offset em policromia (4x0), vincado duplo; Encadernação com acabamento em garra com duplo anel 3/4 "wireo". MARCA: IDEIA	Calendário	1000 unid.	R\$9,00	R\$9.000,00
Valor global máximo do Grupo =					R\$26.000,00

2.1.1 O valor global estimado desta Ata é de **R\$ 26.000,00**

2.2 O preço registrado já inclui todas as despesas necessárias, sem quaisquer ônus para o MINISTÉRIO PÚBLICO no que se refere a frete, tributos e outros.

2.3 Com objetivo de formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata nas hipóteses previstas nos arts. 22 e 23 do Decreto Estadual 991/2020, ficará os licitantes aptos e/ou que aceitaram cotar os bens com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, devendo a ordem de classificação ser respeitada nas contratações.

I - NÃO HOUVE ADESÃO AO CADASTRO DE RESERVA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1 . Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.1.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.1.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.2 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

II. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

- 3.2.1 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- I. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- II. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou no art. 7º da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

4.1.1. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado:

- I. Por razão de interesse público; ou
- II. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PEDIDOS

5.1. O MINISTÉRIO PÚBLICO solicitará, mediante Nota de Empenho e/ou Contrato, a quantidade necessária ao seu consumo regular, observada a estimativa, não havendo impedimento que a quantidade e período regular de fornecimento sejam modificados em razão da necessidade do órgão, devidamente justificada;

5.2. O registro dos preços efetivados na Ata não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, cabendo, contudo, na hipótese de opção por outro meio de contratação, assegurar ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5.3. Os detentores da Ata de Registro de Preços ficam obrigados a atender todos os pedidos de fornecimento efetuados pelo ÓRGÃO durante a vigência da Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes esteja prevista para data posterior ao seu vencimento.

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

6.1. Considerando o previsto no **artigo 24 da RESOLUÇÃO 017/2021–CPJ/MPPA, de 02 de dezembro de 2021**, os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ARP do MPPA, deverão encaminhar solicitação formal com sua demanda e os seguintes documentos:

I - estudo que demonstre a vantagem, o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade da utilização da ARP, observando, dentre outros aspectos pertinentes, a compatibilidade entre a demanda do exercício financeiro e a quantidade registrada na ARP; e

II - resposta afirmativa do beneficiário da ARP quanto ao pedido de adesão.

1.1.1. Cumprido os requisitos acima (§1º do artigo 24 da RESOLUÇÃO 017/2021–CPJ/MPPA, de 02 de dezembro de 2021), caberá ao MPPA avaliar e decidir pela autorização ou não do pedido de adesão à ata, considerando os limites previstos a seguir e que não poderá haver prejuízo às obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas pelo beneficiário perante o Órgão Gerenciador e órgãos participantes.

6.2. As adesões à Ata, se autorizadas pela Administração do Ministério Público, serão regidas pelo Artigo 24 da RESOLUÇÃO 017/2021–CPJ/MPPA, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021, e não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o MPPA e para os órgãos participantes;

- 6.3. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
- 6.4. Não poderão aderir os órgãos da administração pública federal, **nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013**;

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

- 7.1. A vigência do presente instrumento será de 12 (doze) meses, improrrogáveis, contados da data da publicação deste instrumento no Diário Oficial do Estado do Pará.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SUPRESSÕES

- 8.1. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preço poderá ser total ou parcial, a critério do Órgão Gerenciador, considerando-se o disposto no §4º do Art. 15 da lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. Em conformidade com o disposto §2º, do art. 9º, da RESOLUÇÃO 017/2021–CPJ/MPPA, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021, e com o §2º, do art. 9º, da Decreto Estadual 991/2020, DE 24 DE AGOSTO DE 2020 a dotação orçamentária somente será indicada quando da formalização do contrato ou outro instrumento congênere, uma vez que se trata de licitação para registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EFICÁCIA

A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém-PA, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Belém-Pa, 12 de abril de 2022

PARA MINISTERIO
PUBLICO:0505496000
0158

Assinado de forma digital por PARA
MINISTERIO
PUBLICO:05054960000158
Dados: 2022.04.12 14:28:12 -03'00'

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

BUD CRUZ
EIRELI:4118534
5000144

Assinado de forma digital
por BUD CRUZ
EIRELI:41185345000144
Dados: 2022.04.08
13:49:35 -03'00'

BUD CRUZ EIRELI

Testemunhas:

MICHELLE
BARBOSA DE
BRITO:679115952
91

Assinado de forma digital
por MICHELLE BARBOSA
DE BRITO:67911595291
Dados: 2022.04.12
14:28:41 -03'00'

RG:

RG: